

Governo chama estados para checar contas

■ Números ainda não estão definidos, mas Fazenda quer deixar claro quem tem a receber e a pagar e estabelecer as condições

ELI TEIXEIRA E NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, afirmou ontem que o governo federal quer fazer um encontro de contas com os governos estaduais, para ficar bem claro quem tem a receber dinheiro e em que condições e quando esses valores serão pagos. Segundo ele, ainda não há um levantamento claro sobre as dívidas de cada estado. “Pedimos um levantamento tendo por base 31 de janeiro”, informou.

Os únicos números disponíveis, utilizados pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mostram que o estoque total da

dívida contratada é de US\$ 40 bilhões e que de setembro de 91 a dezembro de 92 os estados deixaram de pagar US\$ 2 bilhões.

“Mesmo que seja um valor pequeno, é importante que o estado regularize suas contas”, afirmou o secretário-executivo. Carvalho não quis polemizar com os governadores, que estão contestando as cifras divulgadas pelo Tesouro, mas admitiu que o governador Luiz Antônio Fleury, de São Paulo, tem razão quando diz que tem a receber da União e que praticamente há um empate nas dívidas.

“Pergunte ao Jamil Haddad (ministro da Saúde) se US\$ 1 bilhão não é importante para suas con-

tas”, indagou o secretário-executivo, que já marcou para a próxima semana o primeiro encontro com a equipe econômica do governo de São Paulo para discutir a rolagem da dívida estadual.

Reações — Tanto Clóvis Carvalho quanto o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, garantem que as reações dos governadores já eram esperadas pela equipe econômica. No caso do Rio de Janeiro, Carvalho reconhece que o grande problema é a dívida do Metrô. “Para nós é líquido que este problema é de responsabilidade do governo estadual. Mas temos que negociar”, disse.

O governo não está procurando confronto com governadores ou prefeitos quando diz que quer receber dívidas, afirmou Winston Fritsch. “Nós estamos dizendo que também vamos pagar o que devemos. O que não pode é continuar esse círculo vicioso de dívidas”, disse o secretário de Política Econômica.

Equilíbrio — Para Fritsch e Carvalho, esse acerto de contas será fundamental para o êxito do programa econômico. Winston acha que a volta do pagamento de dívidas por parte dos estados e municípios é fundamental para o equilíbrio fiscal do governo. “Sem isso, não iremos a lugar nenhum. Com

isso, não é só a União que ganhará, mas estados e municípios também, porque é o caminho seguro para queda gradual da inflação e a volta do crescimento econômico sustentado.”

O governo trabalha com a certeza de que o resultado do projeto de lei que regulamenta a rolagem da dívida será a definição do limite de 11% da receita disponível no primeiro ano e de 15% nos seguintes. “Nós não deveremos ceder neste ponto”, antecipou Carvalho. Ceder, segundo ele, significa perder US\$ 2,1 bilhões por ano, um total de US\$ 42 bilhões nos 20 anos em que a dívida será refinanciada.